

**EFEITO DA ADOÇÃO DO IFRS NO CONSERVADORISMO CONTÁBIL DAS COMPANHIAS  
DO SETOR DE AGRONEGÓCIO BRASILEIRAS**

**FERNANDO MACIEL RAMOS**  
UNIVERSIDADE DO CONTESTADO (UNC)  
framos@unc.br

**TACIANA RODRIGUES DE SOUZA**  
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)  
taciana.rodrigues.souza@gmail.com

**CLEA BEATRIZ MACAGNAN**  
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)  
cleabeatrizm@gmail.com

# EFEITO DA ADOÇÃO DO IFRS NO CONSERVADORISMO CONTÁBIL DAS COMPANHIAS DO SETOR DE AGRONEGÓCIO BRASILEIRAS

## 1 INTRODUÇÃO

A adoção da *International Financial Reporting Standards (IFRS)* é apontada pelos órgãos normatizadores como sendo um processo capaz de tornar informação contábil com maior utilidade para os seus usuários, tornando-a relevante para a tomada de decisão. No Brasil o processo de convergência deu-se por meio da promulgação da Lei 11.638/2007, em que tornou compulsória a adoção das normas internacionais de contabilidade por todas as entidades brasileiras.

Os *IFRS* têm como característica prevalectante para a decisão do reconhecimento e mensuração contábil a “essência sob a forma”, e exclui da sua estrutura conceitual a característica da prudência, ou seja, o conservadorismo contábil (HELLMAN, 2008). Basu (1997) menciona que o conservadorismo contábil nada mais é que uma exigência maior para verificar o reconhecimento de ganhos do que de perdas. Ou seja, os contadores devem ser prudentes na hora do registro de ganhos de modo que não haja uma supervalorização dos ativos e subvalorização dos passivos.

Para Watts e Zuo (2016), a adoção das *IFRS* faz com que as organizações passem a adotar um conjunto de técnicas e procedimentos mais subjetivos e que dependem do julgamento por parte do preparador da informação contábil, dando margem para ações oportunistas do preparador dos relatórios financeiros.

A ausência do conservadorismo torna a informação contábil mais fidedigna e com maior poder informativo (BARTH, 2007; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008). Em outra perspectiva, a ausência do conservadorismo faz com que haja impacto negativo na qualidade dos relatórios contábeis e na assimetria da informação (LAFOND; WATTS, 2008; LU; TRABELSI, 2013), pois ela pode fazer com que haja uma maior manipulação dos dados contábeis.

Em um contexto mais específico, a adoção do *IFRS* estabelece, por meio da IAS 41 e no Brasil pelo CPC 29, que as organizações devem avaliar seus ativos biológicos por meio do valor justo. As práticas de valor justo permitem ações oportunistas pelos gestores, pois possuem fortemente de julgamentos subjetivos e estão sujeitos a erros de estimativas e propensos a uma maior manipulação gerencial, e como consequência o comprometimento da verificabilidade dos relatórios contábeis (Watts e Zuo, 2016).

O valor justo é visto como uma prática contábil menos conservadora (PERAMON; AMAT, 2006; BARTH, 2007; HUNG; SUBRAMANYAM, 2007; KOLEV, 2008; SCOTT, 2009; AMSTRONG et al., 2010; MACVE, 2014; ERTAN; KAROLYI, 2016). Sua utilização pode influenciar os demonstrativos financeiros das empresas com ativos biológicos, como as organizações do agronegócio brasileiro.

O estudo de Silva Filho, Martins e Machado (2013) identificou que a utilização do valor justo impactou em mudanças significativas no saldo dos ativos biológicos e consequentemente no Patrimônio Líquido das companhias brasileiras. Os autores sugerem que a avaliação pelo valor justo faz com que os relatórios contábeis apresentem valores mais próximos da estimação de mercado. Argilés, Garcia-Blandon e Monllau (2012) identificou que a utilização do valor justo para precificação de ativos biológicos tem maior poder preditivo de ganhos futuros em empresas do agronegócio espanholas, e o custo histórico como falho para ativos biológicos.

Assim considerando que a utilização do valor justo para mensuração e avaliação dos ativos biológicos e a adoção do *IFRS* no cenário nacional, podem representar uma perspectiva

prática menos conservadora, esse estudo ocupa-se da seguinte questão de pesquisa: “Qual o efeito da adoção do IFRS no conservadorismo contábil dos relatórios financeiros das companhias do agronegócio brasileiras? E como objetivo analisar a influência da adoção do IFRS no conservadorismo contábil dos relatórios financeiros das companhias brasileiras do setor de agronegócio.

O estudo justifica-se tanto no campo teórico, quanto empírico e social. No campo teórico ele visa contribuir em duas vertentes. Primeiramente pela discussão da adoção do valor justo para mensuração de ativos biológicos, uma vez que parte da literatura se foca no discussão e estudo da prática para instrumentos financeiros, e segundo por contribuir como um estudo empírico que analisa o efeito da adoção do IFRS no conservadorismo contábil. A realização dos estudos acerca dos efeitos da adoção das normas internacionais no cenário das empresas do agronegócio brasileiras é relevante uma vez que o Brasil é um dos países que mais foi afetado pela adesão a IAS 41 por meio do CPC 29 (CARVALHO et al., 2013).

Estudar os relatórios financeiros das empresas do setor do agronegócio brasileiro é relevante uma vez que o setor possui representatividade tanto no comércio nacional quanto internacional. Assim visa contribuir para a literatura acerca dos efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo contábil e seus resultados poderão ser utilizados como fonte de consulta pelos órgãos reguladores no estabelecimento de novas regras e políticas.

Os resultados do estudo demonstram que a adoção do IFRS teve um efeito negativo sobre a presença do conservadorismo contábil nos resultados das companhias brasileiras de agronegócio, ou seja, os ganhos podem ter passados a serem reconhecidos mais oportunamente ao invés das perdas.

Esse estudo está estruturado em cinco seções, sendo primeiro essa com os aspectos introdutórios, sendo seguida pelo referencial teórico que abarca o contexto em estudo. Na terceira seção é apresentado o percurso metodológico da pesquisa e na sequência a análise dos dados. Por fim, na última seção, as considerações finais.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Adoção do IFRS no Ambiente Brasileiro**

A divulgação das informações corporativas por meio de relatórios financeiros é fundamental para um mercado de capitais eficiente, uma vez que se pode reduzir a assimetria de informação entre os investidores e os administradores de recursos e partes contratantes (WATTS, 1977; HEALY; PALEPU, 2001). As partes contratantes da empresa podem ser funcionários, gestores, fornecedores, detentores de direito, entre outros (WATTS; ZIMMERMAN, 1990).

Em todos os países ao redor do mundo há importantes regulamentos que regem a divulgação dos relatórios financeiros das empresas. Potencialmente, este tipo de regulamentação fornece uma linguagem comumente aceita, cujos gestores podem usar para comunicar a governança e o desempenho da empresa com os investidores externos (HEALY; PALEPU, 2001). Tanto para os usuários internos da contabilidade, quanto para os usuários externos há várias implicações com as mudanças nas normas de contabilidade de natureza obrigatória (WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

Na história da contabilidade, uma das mudanças regulatórias mais relevantes em diversos países do mundo foi a introdução da IFRS para as empresas cotadas. Os reguladores esperam que sua adoção melhore a transparência das empresas, que aumente a qualidade das informações financeiras e a comparabilidade das demonstrações, beneficiando os investidores (DASKE et al., 2008).

Com a adoção internacional, Ball (2006) menciona que os investidores terão informações financeiras sobre as empresas mais completas, oportunas e precisas e, como consequência, seus riscos e custos de informação serão diminuídos. Além disso, melhora a qualidade da informação financeira, reduz as barreiras entre as fronteiras dos mercados e há uma maior eficiência de mercado.

Com a adoção do IFRS, os reguladores destacam que se pode reduzir a assimetria informacional e o custo de capital, uma vez que as estimativas sobre os fluxos de caixa futuros comparativamente são mais confiáveis, tornando as demonstrações mais úteis aos investidores. Entretanto, as consequências econômicas da sua obrigatoriedade ainda não estão muito claras (LU; TRABELSI, 2013).

As normas e práticas contábeis no Brasil apresentam características conservadoras, uma vez que formam derivadas, sobretudo, do regime tributário instituído do arcabouço do direito romano (*code law*). Nesta estrutura legal, o principal órgão regulador do sistema é o governo (instituições fiscais), na qual interferem de forma direta sobre as práticas e procedimentos contábeis. Ressalta-se que, neste cenário, as instituições de mercado como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras instituições de classe como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tem como função somente auxiliar na criação das normas brasileiras de contabilidade e participar no processo regulatório (LIMA, 2010).

Várias iniciativas regulamentares, legais e institucionais foram envolvidas na convergência das normas brasileiras contábeis para os padrões internacionais, nos últimos anos. O marco principal refere-se à alteração da Lei das Sociedades básico, Lei nº 6.404/76 para a promulgação da Lei nº 11.638/07, cujo propósito é fortalecer o mercado de capitais, por meio da implantação das normas internacionalmente reconhecidas de contabilidade e auditoria. Esta alteração também visa adaptar a lei conforme as mudanças econômicas e sociais devidas as modificações no ambiente dos negócios. Espera-se que estas novas práticas promovam a qualidade e transparência das informações financeiras apresentadas pelas empresas brasileiras (PONTE et al., 2012).

## **2.2 Conservadorismo Contábil**

Um conceito muito debatido em contabilidade é o conservadorismo. De forma geral, a necessidade de conservadorismo está relacionada, muitas vezes, a um relato confiável de eventos passados. Entretanto, as normas internacionais de contabilidade, com o tempo, tornaram-se cada vez mais orientadas, não para o passado, mas sobretudo orientadas para o futuro, apontando como objetivo primordial, a utilidade de decisão (HELLMAN, 2008).

O conservadorismo, conforme ressalta Basu (1997), tem influenciado tanto a teoria, quanto a prática contábil durante séculos e refere-se a uma tendência dos contadores em exigir um mais alto grau de verificação em reconhecer como ganhos, as boas notícias do que como perdas, as más notícias. Ou seja, um relatório conservador consiste no fato de que será reconhecido imediatamente nos resultados os eventos desfavoráveis (perdas) e será adiado o registro de eventos favoráveis (ganhos). Watts (2003) ressalta que os ganhos se referem aos aumentos nos valores dos ativos líquidos, enquanto as perdas consistem em reduções no valor dos ativos líquidos.

O conservadorismo consiste na “assimetria nos requisitos de verificação de ganhos e perdas. Esta interpretação permite graus de conservadorismo: quanto maior a diferença no grau de verificações necessárias para os ganhos contra as perdas, maior o conservadorismo”. Entretanto, o eufemismo de valores de ativos é uma consequência relevante neste tratamento assimétrico, uma vez que os acadêmicos, reguladores do mercado e normatizadores criticam o conservadorismo, pois o eufemismo pode fazer com que haja uma sobreavaliação dos ganhos em períodos futuros e uma subavaliação das despesas futuras (WATTS, 2003, p. 1).

Desta forma, com as incertezas da preparação dos relatórios financeiros, há historicamente uma tendência por parte dos gestores, contadores e investidores a preferirem que os possíveis erros de medição sejam devido ao eufemismo, em vez de ser devido a exageros no patrimônio líquido e no lucro líquido. Desta forma, há uma tendência geral para a minimização da quantidade de lucro líquido e patrimônio líquido e uma tendência para que os eventos desfavoráveis sejam reconhecidos precocemente (BALL; SHIVAKUMAR, 2005).

Watts (2003) destaca que há incentivos para os reguladores e os normatizadores dos relatórios financeiros para induzir a contabilidade e relatórios conservadores, visto que há assimetrias nos custos dos reguladores que são reduzidos com um relatório conservador. É mais provável os reguladores serem responsabilizados por exageros nos ativos líquidos do que por uma subestimação dos ativos líquidos.

Nesta perspectiva, existe uma tendência de a estrutura normativa referente a legislação contábil ser conservadora, tanto sob o ponto de vista patrimonial, quanto sob a ótica dos lucros apurados, devido ao custo histórico como base de valor e devido a aplicação da restrição da prudência. Entretanto há particularidades nas normas que apresentam conflitos com este conceito, por exemplo, a permissão para reavaliar os ativos (COELHO, LIMA, 2007).

Selecionar métodos conservadores de contabilidade podem resultar em relatórios, na qual os ativos sejam subavaliados. Por exemplo, acelerar o reconhecimento de determinados custos com depreciação acelerada ou classificar como despesas os investimentos em certos ativos. Desta forma, no balanço patrimonial de uma empresa, uma subavaliação de ativos líquidos refere-se a uma redução correspondente no lucro. Além disso, antecipar assimetricamente o reconhecimento de ganhos e perdas é outro recurso de relatório, na qual resulta em subavaliação de ativos (GIVOLY; HAYN; NATARAJAN, 2006).

O processo de convergência às IFRS, no Brasil, desencadeado a partir da Lei 11.638/07, resultou na edição, em 2009, do Comitê de Pronunciamento Contábil 29, na qual trata sobre as Ativos Biológicos e Produto Agrícolas. Esta edição ocorreu conforme as mesmas recomendações da IAS 41, na qual foram exigidas para os balanços encerrados a partir de 2010 de todas as empresas. Assim, com estas alterações, o processo de mensuração que anteriormente era mais objetivo, tornou-se dependentes de julgamentos por quem elabora os relatórios financeiros e tornou-se mais subjetivo (SANTOS et al., 2013).

Adotar novos métodos de mensuração pode interferir de maneira significativa nas práticas contábeis de determinados setores ou de determinadas transações. Após a adoção da IAS 41 referente os ativos biológicos, bem como a aplicação do valor justo pode-se observar que isto de fato ocorreu. A manifestação do conservadorismo contábil está relacionada com a mensuração com base no custo histórico e assim, o conservadorismo não pode ser observado se aplicado o valor justo na mensuração dos ativos biológicos. Ressalta-se que a IAS 41 foi uma das principais normas a adotar o valor justo para mensuração dos ativos, ou seja, presume-se que todos os ativos biológicos sejam mensurados a valor justo e, somente quando não puderem ser avaliados com confiabilidade é que se sugere o custo histórico para mensurar o valor dos ativos (SANTOS et al., 2013).

Neste sentido, a verificabilidade exerce um papel fundamental no processo contábil, essencialmente quando estão relacionados a aspectos legais, visto que dificilmente podem ser exigidos ou contestados os contratos com base em números contábeis que não são verificáveis. Da mesma forma em que a caracterização da fraude tributária e contábil necessita de verificação destes números. Em síntese, pode-se verificar os números contábeis, entretanto há eventos ou situações em que isso não ocorre (PAULO; ANTUNES; FORMIGONI, 2008).

### 2.3 Revisão Empírica e Formulação da Hipótese

Alguns estudos já analisaram a perspectiva do conservadorismo na informação contábil. LaFond e Watts (2008) argumentam que relatórios conservadores financeiros geram uma redução de incentivos e a redução na assimetria de informação. Além disso, o conservadorismo reduz a capacidade para manipular números contábeis. Outro ponto ressaltado é que quanto maior for a assimetria de informação entre os investidores internos e externos, mais conservador são os relatórios financeiros e que mudanças na assimetria de informação geram mudanças no conservadorismo.

De acordo com Paulo, Antunes e Formigoni (2008), a informação contábil é influenciada tanto pelo ambiente regulatório, quanto pelo ambiente empresarial. Observando 1.384 empresas abertas e fechadas de 2000 a 2004, os autores verificaram que as companhias fechadas têm menos probabilidade de reconhecer oportunamente as perdas, devido a isso, têm um nível de conservadorismo nas demonstrações contábeis menor comparado com as companhias abertas.

Barros et al. (2012) observaram que a aplicação do CPC 29 teve um forte impacto na evidenciação contábil das empresas listadas na BM&FBovespa de 2008 a 2010 e que as informações referentes os ativos biológicos constantes nas notas explicativas de maneira em geral são superficiais. Basicamente informam que as empresas realizam a mensuração destes itens conforme a legislação, porém são insuficientes para compreender a situação real destes ativos, comprometendo a tomada de decisão dos usuários desta informação.

O estudo de Santos et al. (2013) analisou a influência da adoção das IFRS no nível de conservadorismo contábil das companhias abertas que exploram ativos biológicos. Observou-se uma redução no nível de conservadorismo condicional após a adoção das IFRS e um aumento no nível de conservadorismo incondicional, denotando o aumento das práticas gerenciais oportunistas, que pode impactar de forma negativa na qualidade dos relatórios financeiros.

Martins, Machado e Callado (2014) analisaram se as informações contábeis, referentes a ativos biológicos de curto e longo prazo mensurados a valor justo, possuem *value relevance* e apresentam evidências de representação fidedigna. Verificou-se que ambos os ativos biológicos se apresentaram como valores relevantes para o mercado e são vistos pelo mercado como informação conservadora, entretanto o grau percebido de conservadorismo não afeta na confiabilidade da informação.

No estudo de Mendes e Freire (2014) foi observado que são poucas as empresas que divulgam em seus relatórios financeiros os ativos avaliados pelo valor justo. Além disso verificaram que na América Central há maior possibilidade na manipulação de informação contábil no processo de mensuração de ativos a valor justo e que na Europa esta possibilidade aparece com menor frequência.

Manganaris, Spathis e Dasilas (2015) examinaram a relação entre a relevância da informação contábil e do conservadorismo condicional do sistema bancário em 15 países europeus. Além disso, estudaram a relevância das informações contábeis antes e após a adoção obrigatória das IFRS e os resultados sugerem que o conservadorismo condicional é positivamente relacionado à relevância do valor antes da adoção obrigatória das IFRS e negativamente após a adoção.

Santana e Klann (2016) verificaram a influência da convergência das normas brasileiras de contabilidade às normas contábeis internacionais no conservadorismo contábil de empresas brasileiras familiares e não familiares. A amostra foi composta por 315 empresas no período de 2003 a 2012. Os resultados mostram que a adoção das IFRS gerou uma elevação do nível de conservadorismo contábil, no qual foi verificado nos relatórios de empresas familiares.

Conforme já exposto a adoção do IFRS retira da sua estrutura conceitual o conservadorismo contábil, sobre a justificativa que a presença do mesmo faz com que haja uma

diminuição da utilidade da informação contábil. Estudos (BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008; HELLMAN, 2008; PIOT; JANIN; DUMONTIER, 2010; SANTOS et al., 2013) apontam que a adoção do IFRS faz com que haja a diminuição do conservadorismo contábil dos relatórios financeiros, uma vez que são adotadas práticas como a mensuração pelo valor justo que contribuem para a melhoria da qualidade da informação contábil. No setor do agronegócio é possível citar a IAS 41, a qual no Brasil a sua adoção se deu por meio do CPC 29, e que aborda que os ativos biológicos devem ser mensurados e avaliados pelo valor justo.

O valor justo é visto pela literatura (BARTH, 2007; MACVE, 2014; ERTAN; KAROLYI, 2016) como uma prática menos conservadora, logo, dessa forma a sua utilização para mensuração e avaliação dos ativos biológicos por meio da adoção do IFRS, pode influenciar para que os relatórios financeiros de companhias do agronegócio brasileiras apresentem menor conservadorismo contábil após a adoção das normas internacionais de contabilidade. Dessa forma anuncia-se a seguinte hipótese desse estudo:

*H<sub>1</sub>: A adoção da IFRS influencia de forma negativa o nível de conservadorismo contábil dos relatórios financeiros das companhias abertas brasileiras do setor de agronegócio.*

Na seção seguinte apresenta-se o percurso metodológico desenhado para testar a hipótese desse estudo.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A mensuração do conservadorismo contábil das companhias analisadas, foi realizada por meio da utilização do modelo alternativo de Basu (1997), o qual foi proposto por Ball e Shivakumar (2005) que mensura o conservadorismo contábil pela equação (1):

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{t-1} + \alpha_2 \Delta NI_{t-1} + \alpha_3 D\Delta NI_{t-1} \times \Delta NI_{t-1} + \varepsilon_t \quad (1)$$

**Onde:**

$\Delta NI_{it}$  = variação no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-1* para o *t* ponderada pelo valor do ativo total no início do ano *t*;

$D\Delta NI_{t-1}$  = variável *dummy* que indica a existência de variação negativa no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-1* para o ano *t*, em que é atribuído 1 se  $\Delta NI_{it} < 0$  e 0 nos casos contrários.

$\Delta NI_{t-1}$  = variação no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-2* para o *t-1* ponderada pelo valor do ativo total no início do ano *t-1*.

$\varepsilon_t$  = Erro da regressão.

A equação 1 foi testada considerando duas subamostras, sendo a primeira, avaliando apenas as observações relativas aos anos de pré-convergência (2005-2007) e a segunda com as observações relacionadas aos anos de pós-convergência (2008-2015). Os parâmetros de análise do modelo econométrico conforme a equação 1 são apresentados no quadro 1.

**Quadro 1: Parâmetros de análise da equação 2.**

PARÂMETRO	SIGNIFICADO
$\alpha_2 = 0$	Reconhecimento intempestivo de ganhos econômicos, fazendo com que a incorporação no resultado seja adiada até que haja a realização dos aumentos subjacentes no fluxo de caixa, fazendo assim, com que os ganhos sejam reconhecidos como persistentes do lucro contábil, tendendo não serem revertidos.
$\alpha_3 < 0$ e $\alpha_2 + \alpha_3 < 0$	Presença do conservadorismo contábil nos resultados da companhia, onde as perdas econômicas são reconhecidas mais oportunamente do que os ganhos.

Fonte: Ball e Shivakumar (2005).

Já para testar o efeito da adoção das IFRS sobre o conservadorismo contábil foi utilizada a equação 2, na qual há a inclusão de quatro variáveis que buscam capturar o efeito da convergência.

$$\Delta NI_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{t-1} + \alpha_2 \Delta NI_{t-1} + \alpha_3 D\Delta NI_{t-1} \times \Delta NI_{t-1} + \alpha_4 IFRS + \alpha_5 IFRS \times D\Delta NI_{t-1} + \alpha_6 IFRS \times \Delta NI_{t-1} + \alpha_7 IFRS \times D\Delta NI_{t-1} \times \Delta NI_{t-1} + \varepsilon_t \quad (2)$$

**Onde:**

$\Delta NI_{it}$  = variação no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-1* para o *t* ponderada pelo valor do ativo total no início do ano *t*.

$D\Delta NI_{t-1}$  = variável *dummy* que indica a existência de variação negativa no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-1* para o ano *t*, em que é atribuído 1 se  $\Delta NI_{it} < 0$  e 0 nos casos contrários.

$\Delta NI_{t-1}$  = variação no lucro líquido contábil da empresa *i* do ano *t-2* para o *t-1* ponderada pelo valor do ativo total no início do ano *t-1*.

IFRS = variável *dummy* que indica o período pré e pós da adoção das IFRS, sendo atribuído 1 para as observações referentes aos períodos de pós-convergência (2008-2015), e 0 para os períodos pré-convergência (2005-2007).

$\varepsilon_t$  = Erro da regressão.

As variáveis de interesse na equação 2 são  $\alpha_2$ ,  $\alpha_3$ ,  $\alpha_6$  e  $\alpha_7$ , assim no quadro 2 são apresentados os parâmetros utilizados para a análise dos resultados.

**Quadro 2: Parâmetros de análise dos resultados da equação 2.**

PARÂMETRO	SIGNIFICADO
$\alpha_2 + \alpha_3 < 0$	Implica em que o reconhecimento oportuno de perdas econômicas são reconhecidas com diminuição dos lucros.
$\alpha_3 < 0$	Implica que perdas são reconhecidas mais rapidamente do que os ganhos.
$\sum \alpha_2 + \alpha_3 + \alpha_6 + \alpha_7$ Eq(2) < $\sum \alpha_2 + \alpha_3$ Eq(1)	Implica que após a adoção das IFRS houve aumento no nível de conservadorismo contábil.

Fonte: Ball e Shivakumar (2005).

Cabe salientar que em ambas as equações (1) e (2) foi considerado que o reconhecimento de perdas é mais oportuno do que dos ganhos, de modo a verificação da persistência do reconhecimento das perdas, o que consequentemente demonstra a presença do conservadorismo contábil nos resultados das companhias do agronegócio brasileira.

A população do estudo refere-se as companhias de agronegócio brasileiras, porém, em virtude da não possibilidade de obtenção de dados do universo, então estabeleceu-se como população alvo as companhias listadas na BM&FBovespa. Para definição da população-alvo do estudo foram utilizados dois critérios. O primeiro estar listada e ativa na BM&FBovespa no ano de 2015 e o segundo, possuir contabilizado ativo biológico no período de 2010-2015.

Considerados os critérios, estabeleceu-se como população-alvo 27 companhias, que após realização do filtro dos dados disponíveis e necessárias para o estudo, resultou em uma amostra total de 258 observações relacionadas ao período de análise. A descrição da amostra encontra-se no Quadro 3.



**Quadro 3: Descrição da amostra do estudo**

Empresa	Período	Observações	Empresa	Período	Observações
BATTISTELLA	2006 a 2015	10	JBS	2006 a 2015	10
BIOSEV	2014 a 2015	2	KARSTEN	2005 a 2015	11
BRASILAGRO	2008 a 2015	8	KLABIN S/A	2005 a 2015	11
BRF SA	2005 a 2015	11	MARFRIG	2006 a 2015	10
CEEE-D	2008 a 2015	8	MINERVA	2006 a 2015	10
CELULOSE IRANI	2005 a 2015	11	RANDON PART	2005 a 2015	11
COSAN	2011 a 2015	5	SÃO MARTINHO	2009 a 2015	7
COSAN LTDA	2011 a 2015	5	SLC AGRÍCOLA	2008 a 2015	8
DURATEX	2006 a 2015	10	SUZANO HOLD	2005 a 2015	11
ENCORPAR	2005 a 2015	11	SUZANO PAPEL	2005 a 2015	11
FERBASA	2005 a 2015	11	TREVISA	2005 a 2015	11
FIBRIA	2005 a 2015	11	WEMBLEY	2005 a 2015	11
GRAZZIOTIN	2005 a 2015	11	WLM IND COM	2005 a 2015	11
ITAUSA	2005 a 2015	11			

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Os dados necessários para este estudo foram coletados na base de dados Economática® e no formulário de referência das empresas, constantes no site da BM&FBovespa, referentes aos períodos de 2005 a 2015. A utilização desse período justifica-se pela formação das janelas temporais necessárias para capturar dados relacionados aos períodos pré e pós-convergência.

A técnica estatística utilizada foi regressão de dados em painel desbalanceado, com o auxílio do *software Eviews 9.0 SV*. Para a escolha do modelo de painel a ser adotado, ou seja, a escolha entre dados em painel com efeitos fixos, aleatórios ou *Polls* foram realizados os testes de *Hausmann*, *Breush-Pagan* e *Chow* também com o auxílio do *software Eviews 9.0 SV*. Também foi realizada a estatística descritiva das variáveis, bem como foram testados os pressupostos da regressão como multicolinearidade, normalidade, autocorrelação dos resíduos e a homoscedasticidade.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são evidenciadas a descrição e análise dos resultados. Desta forma, após a realização dos testes de verificação para a melhor forma de predição, identificou-se que dados em painel com efeitos fixos em cross-section como melhor método.

Na tabela 1 são evidenciados os resultados dos testes realizados com os dados estratificados nos períodos pré e pós-convergência. Como pode-se observar ambos os modelos se demonstraram significativos e com poder explicativo respectivo de 97,19% e 82,9%.

**Tabela 1: Resultado Dados em Painel Subamostra Modelo Econométrico 1.**

VARIÁVEIS	SUBAMOSTRA PRÉ- CONVERGÊNCIA		SUBAMOSTRA PÓS- CONVERGÊNCIA	
	B	Sig	B	Sig
C	295174,6	0,000	313749,7	,000
$\alpha_1 D\Delta NI_{t-1}$	75291,15	0,167	-222265,7	,002
$\alpha_2 \Delta NI_{t-1}$	0,390729	0,093	0,258963	,012
$\alpha_3 D\Delta NI_{t-1} \times \Delta NI_{t-1}$	-0,990902	0,000	0,153452	,005
R <sup>2</sup>	0,971		0,829	
F-statistic	49,860		29,0741	
Sig	,000		,000	
Durbin Watson	2,132		1,970	
N	55		203	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Ao observar o resultado apresentados na tabela 1 verifica-se a presença do conservadorismo contábil no período pré-convergência, na qual tanto o  $\alpha_3$  quanto a soma com  $\alpha_2$  com a demonstram-se abaixo de 0. Já na subamostra do período pós-convergência demonstra que um  $\alpha_3$  e a soma com  $\alpha_2$  é superior a 0 o que demonstra, assim, a diminuição do conservadorismo no resultado contábil das companhias do agronegócio analisadas.

Esse resultado sugere que no contexto das companhias do agronegócio brasileiro as IFRS podem ter levado a uma diminuição da presença do conservadorismo contábil nos resultados das companhias, ou seja, os ganhos podem ter passados a serem reconhecidos mais oportunamente ao invés das perdas.

Para verificar o efeito da adoção das IFRS sobre o conservadorismo contábil das companhias de agronegócio analisadas, então foram utilizados dois modelos sugeridos por Ball e Shuvakumar (2005) e os resultados são demonstrados na Tabela 2.

**Tabela 2: Resultado Dados em Painel Modelos Econométricos 1 e 2**

VARIÁVEIS	Mod 1		Mod 2	
	B	Sig	B	Sig
C	90207,35	,046	170527,3	,101
$\alpha_1 D\Delta NI_{t-1}$	-127707,9	,041	77226,80	,566
$\alpha_2 \Delta NI_{t-1}$	0,935731	,000	0,718896	,000
$\alpha_3 D\Delta NI_{t-1} \times \Delta NI_{t-1}$	0,121258	,112	-0,9065528	,000
$\alpha_4 IFRS$			111643,3	,3078
$\alpha_5 IFRS \times D\Delta NI_{t-1}$			-279532,1	,062
$\alpha_6 IFRS \times \Delta NI_{t-1}$			-0,363453	,060
$\alpha_7 IFRS \times D\Delta NI_{t-1} \times \Delta NI_{t-1}$			1,069477	,000
R <sup>2</sup>	0,767		0,836	
F-statistic	278,965		34,734	
Sig	,000		,000	
Durbin Watson	2,624		2,020	
N	258		258	

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

No modelo 1, utilizado para mensurar o conservadorismo contábil, pode-se observar que o mesmo se apresentou significativo e com um poder de explicação de 76,7%. O modelo 2 é significativo e com um poder de explicação de 83,6%.

Os resultados encontrados implicam que houve uma diminuição do conservadorismo contábil no conjunto das companhias analisadas, uma vez, que conforme pode-se observar por

meio da tabela 2 a soma do  $\alpha_2$  e  $\alpha_3$  (1,056989) do modelo 1 é maior que a soma  $\alpha_2$ ,  $\alpha_3$ ,  $\alpha_6$  e  $\alpha_7$  (-167888,2817) do modelo 2.

Com esses resultados não é possível rejeitar a hipótese desse estudo que é a *adoção da IFRS influência de forma negativa o nível de conservadorismo contábil dos relatórios financeiros das companhias abertas brasileiras do setor de agronegócio*. Tal resultado já era esperado, pois com o processo de adoção das IFRS espera-se uma melhoria da qualidade da informação contábil reportada. Uma vez que se trata do contexto das companhias de agronegócio, essa diminuição do conservadorismo contábil, pode ser reflexo da aplicação do CPC 29 de que trata do reconhecimento e avaliação dos ativos biológicos.

No estudo realizado por Santos et al. (2013), os autores verificaram uma redução no nível de conservadorismo condicional após a adoção das IFRS, resultados estes similares aos encontrados nesta pesquisa, que apresentou também uma diminuição do conservadorismo contábil no conjunto das companhias analisadas. Porém, ressalta-se que a amostra foi diferente, uma vez que utilizaram 22 empresas e 482 observações, além do período ser de 2007 a 2012. Ressalta-se, entretanto, que o modelo econométrico também foi baseado em Basu (1997).

O estudo de Paulo, Antunes e Formigoni (2008) mostra que as companhias fechadas têm menos probabilidade de reconhecer oportunamente as perdas, devido a isso, têm um nível de conservadorismo nas demonstrações contábeis menor comparado com as companhias abertas. O resultado desta pesquisa foi diferente neste sentido, uma vez que mostrou que nas companhias abertas brasileiras, os ganhos podem ter sido reconhecidos mais oportunamente ao invés das perdas, de modo a diminuir a presença do conservadorismo contábil nos resultados das companhias.

Santana e Klann (2016) verificaram que a adoção das IFRS gerou uma elevação do nível de conservadorismo contábil, no qual foi verificado nos relatórios de empresas familiares. Entretanto, este estudo se difere, tendo em vista que as empresas foram divididas em familiares e não familiares. Porém, da mesma forma, foi encontrado a presença do conservadorismo contábil, mas somente no período pré-convergência, pois houve uma diminuição do conservadorismo no período pós-convergência.

Desta forma, analisando a influência da adoção do IFRS no conservadorismo contábil dos relatórios financeiros das companhias brasileiras do setor de agronegócio, observa-se que não se pode rejeitar a hipótese formulada neste estudo de que a adoção da IFRS influência de forma negativa o nível de conservadorismo contábil dos relatórios financeiros. Além disso, verifica-se que há conservadorismo contábil no período de pré-convergência (2005-2007) e que no período pós-convergência (2008-2015) há uma diminuição do conservadorismo no resultado contábil das companhias do agronegócio analisadas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consiste em testar a hipótese de que a adoção da IFRS influência de forma negativa o nível de conservadorismo contábil dos relatórios financeiros das companhias abertas brasileiras do setor de agronegócio. Deste modo, com base no modelo econométrico alternativo de Basu (1997) analisou-se companhias listada na BM&FBovespa em 2015 e que possuem ativos biológicos. A amostra desta pesquisa foi composta pelas empresas com dados disponíveis, sendo de 258 observações. Ressalta-se que o período analisado é pré-convergência (2005 a 2007) e pós-convergência (2008 a 2015) e os dados foram coletados na Economática® e no formulário de referência do site da BM&FBovespa.

Neste estudo, realizou-se testes com os dados estratificados nos períodos pré e pós-convergência e ambos apresentaram poderes explicativos significativos. Os resultados mostram que no período pré-convergência (2005-2007) há presença do conservadorismo contábil e que

no período pós-convergência (2008-2015) há diminuição do conservadorismo no resultado contábil das companhias do agronegócio analisadas.

Isto pode ser verificado por meio de dois modelos sugeridos por Ball e Shuvakumar (2005), para observar o efeito da adoção das IFRS sobre o conservadorismo contábil das companhias de agronegócio analisadas. O modelo 1 apresentou-se significativo e com um poder explicativo de 76,7% e o modelo 2 também foi significativo e com poder explicativo de 83,6%.

Desta forma, não é possível rejeitar a hipótese do estudo que é a adoção da IFRS influência de forma negativa o nível de conservadorismo contábil dos relatórios financeiros das companhias abertas brasileiras do setor de agronegócio. Salienta-se que este resultado já era o esperado, uma vez que com o processo de adoção das IFRS espera-se uma melhoria da qualidade da informação contábil reportada e que a diminuição do conservadorismo pode ser reflexo da aplicação do CPC 29.

Este resultado é similar ao de Santos et al. (2013) que também encontraram uma redução no nível de conservadorismo condicional após a adoção das IFRS. Porém divergente de Santana e Klann (2016) que encontraram uma elevação do nível de conservadorismo contábil, no qual foi verificado nos relatórios de empresas familiares, após a adoção do IFRS. Entretanto a amostra foi dividida em empresas familiares e não familiares, o que não ocorreu nesta pesquisa.

Para pesquisas futuras sugere-se a investigação em outro contexto, como por exemplo em outros países, além do Brasil, até mesmo a fim de comparação com este estudo. Sugere-se ainda a utilização de outros modelos de medição de conservadorismo contábil ou em algum outro setor representativo.

## REFERÊNCIAS

- AMSTRONG, C.S.; BARTH, M.E.; JAGOLINZER, A.D.; RIEDL, E.J. Market reaction to the adoption of IFRS in Europe. **The Accounting Review**, v. 85, n.1, p.31-61, 2010.
- ARGILÉS, J.M.; GARCIA-BLONDON, J.; MONLLAU, T. Fair value versus historical cost-based valuation for biological assets: predictability of financial information. **Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review**, v 4, n.2, p. 87-113, 2012.
- BALL, R. International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. **Accounting and Business Research**, v. 36, n. sup1, p. 5-27, 2006.
- BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, n. 1, p. 83-128, 2005.
- BARROS, C. C.; ARAÚJO, A. O.; SOUZA, F. J. V. D.; SILVA, J. D. G. D.; SILVA, M. C. D. O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 17, n. 3, p. 41-59, set./dez. 2012.
- BARTH, M. E. Standard-setting measurement issues and the relevance of research. *Accounting and Business Research Special Issue: International Accounting Policy Forum*, 2007.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.
- BASU, S. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings 1. **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.
- CARVALHO, F.S.; PAULO, E.; SALES, I.C.H.; IKUNO, L.M. Ativos biológicos: evidenciação das empresas participantes do Ibovespa. **Custos e @gronegócios Online**, v.9, n.3, p. 106-130, 2013.
- COELHO, A. C.; LIMA, I. S. Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 45, p. 38-49, 2007.

DASKE, H.; HAIL, L.; LEUZ, C.; VERDI, R. Mandatory IFRS reporting around the world: Early evidence on the economic consequences. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 5, p. 1085-1142, 2008.

ERTAN; A.; KAROLYI, S.A. The role of hard information in debt contracting: evidence from fair value adoption, **Working paper**. London Business School and Carnegie Mellon University, 2016.

GIVOLY, D.; HAYN, C. K.; NATARAJAN, A. Measuring reporting conservatism. **The Accounting Review**, v. 82, n. 1, p. 65-106, 2006.

HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 405-440, 2001.

HELLMAN, N. Accounting conservatism under IFRS. **Accounting in Europe**, v. 5, n. 2, p. 71-100, 2008.

HUNG; M.; SUBRAMANYAM, K.R. Financial statement effects of adopting international accounting standards: the case of Germany. **Review of Accounting Studies**, v.12, p.623-657, 2007.

KOLEV, K.S. Do investors perceive marking-to-model as marking-to-myth? Early evidence from FAS 157 disclosure. **Working Paper**. Yale School of Management, 2008.

LAFOND, R.; WATTS, R. L. The information role of conservatism. **The Accounting Review**, v. 83, p. 447-478, 2008.

LIMA, J. B. N. A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

LU, X. C.; TRABELSI, S. Asymmetric information and accounting conservatism under IFRS adoption. In: CAAA - CONFERENCE ANNUAL, **Anais...** 2013.

MACVE, RH. Fair value vs conservatism? Aspects of the history of accounting, auditing, business and finance from ancient Mesopotamia to modern China. **The British Accounting Review**, v.47, p. 124-141, 2015.

MANGANARIS, P.; SPATHIS, C.; DASILAS, A. The effects of mandatory IFRS adoption and conditional conservatism on European bank values. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 24, p. 72-81, 2015.

MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V.; CALLADO, A. L. C. Relevância e representação fidedigna na mensuração de ativos biológicos a valor justo por empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 22, p. 163-188, 2014.

MENDES, C. J. F.; FREIRE, F. S. A governança corporativa e manipulação de informação contábil: mensuração a valor justo nos bancos comerciais. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 23, p. 53-76, 2014.

PAULO, E.; ANTUNES, M. T. P.; FORMIGONI, H. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 48, n. 3, p. 46-60, 2008.

PERAMONT, J.; AMAT, O. IFRS introduction and its effect on listed companies in Spain. **Working Paper**, Universitat Pompeu Fabra – Faculty of Economic and Business Sciences, 2006.

PIONT, C.; JANIN, R.; DUMONTIER, P. IFRS consequences on accounting conservatism within Europe. In: CAAA ANNUAL CONFERENCE, **Anais...**, 2011.

PONTE, V. M. R.; DE LUCA, M. M. M.; OLIVEIRA, M. C.; de AQUINO, L. D. P.; Cavalcante, D. S. Análise do grau de cumprimento das práticas de divulgação definidas pelo pronunciamento técnico CPC 13 no âmbito das companhias abertas. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 6, n. 1, 2012.

- SANTOS, C. K. S.; MARQUES, A. V. C.; RECH, I. J.; SOUZA COSTA, P. Efeitos da adoção das IFRS no conservadorismo contábil das companhias abertas que exploram ativos biológicos. In **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, 2013.
- SANTANA, A. G.; KLANN, R. C. Conservadorismo contábil e a adoção das IFRS: evidências em empresas brasileiras familiares e não familiares. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 35, n. 1, p. 35-53, 2016.
- SILVA FILHO, A.C.C.; MARTINS, V.G.; MACHADO, M.A.V. Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v.9, n.4, p. 110-127, 2013.
- SCOTT, W. R. **Financial Accounting theory**. 5 ed. Toronto: Pearson, 2009.
- WATTS, R. L. Corporate financial statements, a product of the market and political processes. **Australian Journal of Management**, v. 2, n. 1, p. 53-75, 1977.
- WATTS, R. L. Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. **Accounting horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, 2003.
- WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive Accounting Theory**. New Jersey: Prentice-Hall, 1986.
- WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten year perspective. **Accounting Review**, p. 131-156, 1990.
- WATTS, R. L.; ZUO, L. Understanding practice and institutions: a historical perspective. **Accounting Horizons**, v.30, n.3, pp. 409-423, 2016.